



**ACÓRDÃO Nº484/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11457/2016.**

**Apensos:** Processo nº 12651/2016, 12652/2016, 12790/2015 e 12648/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Itacoatiara.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** Dário Nunes Bezerra Júnior (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM 5851, Marconde Martins Rodrigues – OAB/AM 4695 e Paulo Geber da Frota – OAB/AM 9485.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 897/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itacoatiara, relativa ao exercício de 2015, sob responsabilidade do Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b" e "c" da Lei n.º 2.423/96, em razão da permanência das falhas e restrições não sanadas arroladas na fundamentação do Relatório/Voto;

**10.2. Considerar em Alcance** o Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, no valor de **R\$ 440.238,00** (quatrocentos e quarenta mil duzentos e trinta e oito reais), nos moldes do art. 304, incisos I, II, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE/AM. O valor deverá ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Itacoatiara. O supracitado montante fora obtido tendo em vista as seguintes restrições não sanadas:



**ACÓRDÃO Nº484/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.2.1.** Valor de **R\$ 66.811,00** (sessenta e seis mil, oitocentos e onze reais), referente ao item 01, da fundamentação do Relatório/Voto;

**10.2.2.** Valor de **R\$ 1.917,00** (um mil, novecentos e dezessete reais), referente ao item 06, da fundamentação do Relatório/Voto;

**10.2.3.** Valor de **R\$ 79.550,00** (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais), referente ao item 10, da fundamentação do Relatório/Voto, e

**10.2.4.** Valor de **R\$ 291.960,00** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta reais), referente ao item 17, da fundamentação do Relatório/Voto.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pelos atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos de que resultem injustificado dano ao erário, constantes dos itens 01, 06, 08, 10, 11 e 17, da fundamentação do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com



**ACÓRDÃO Nº484/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pela inobservância de prazos legais para o envio de documentação referente à Prestação de Contas, constantes do item 02, da fundamentação do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pelos atos praticado com grave infração às normas legais, constantes dos **itens 03, 04, 05, 07, 09, 12, 13, 14, 15, 16 e 18**, da fundamentação do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução



**ACÓRDÃO Nº484/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Recomendar** à Câmara Municipal de Itacoatiara, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

**10.6.1.** Adote sistema de ponto eletrônico para realizar o controle de frequência de seus servidores, garantindo um controle adequado, mais eficiente e transparente, alinhando-se assim aos princípios basilares da administração pública;

**10.6.2.** Proceda às diligências necessárias para a realização de Concurso Público, para fins de observância da regra preceituada no art. 37, II, da CF/88;

**10.6.3.** Providencie a regularização da situação dos servidores comissionados excedentes, efetuando o desligamento de servidores, caso necessário, enquadrando o número de servidores ao quantitativo estabelecido na Lei Municipal n. 01 de 14/08/2013 que dispõe sobre a Reorganização de Pessoal da Câmara Municipal de Itacoatiara, se ainda vigente;

**10.6.4.** Atente para as orientações contidas na Nota Técnica n.º 1097/2007/CCONTSTN, de 26/06/2007, quanto à concessão de diárias aos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Itacoatiara.

**10.7. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações supracitadas.

**10.8. Determinar** o encaminhamento ao Ministério Público Estadual, de cópia reprográfica dos autos, para que, querendo, proceda com as medidas cabíveis, a fim de investigar indícios de improbidade administrativa e ato ilícito penal.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Abril de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº484/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral